

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

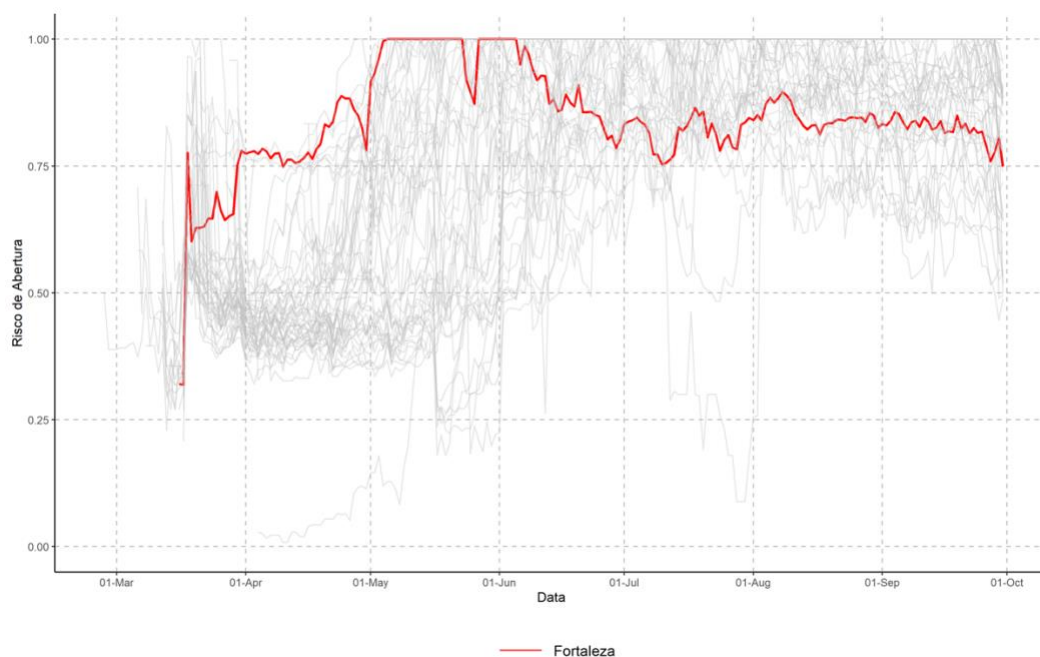
Policy note – Fortaleza/Ceará



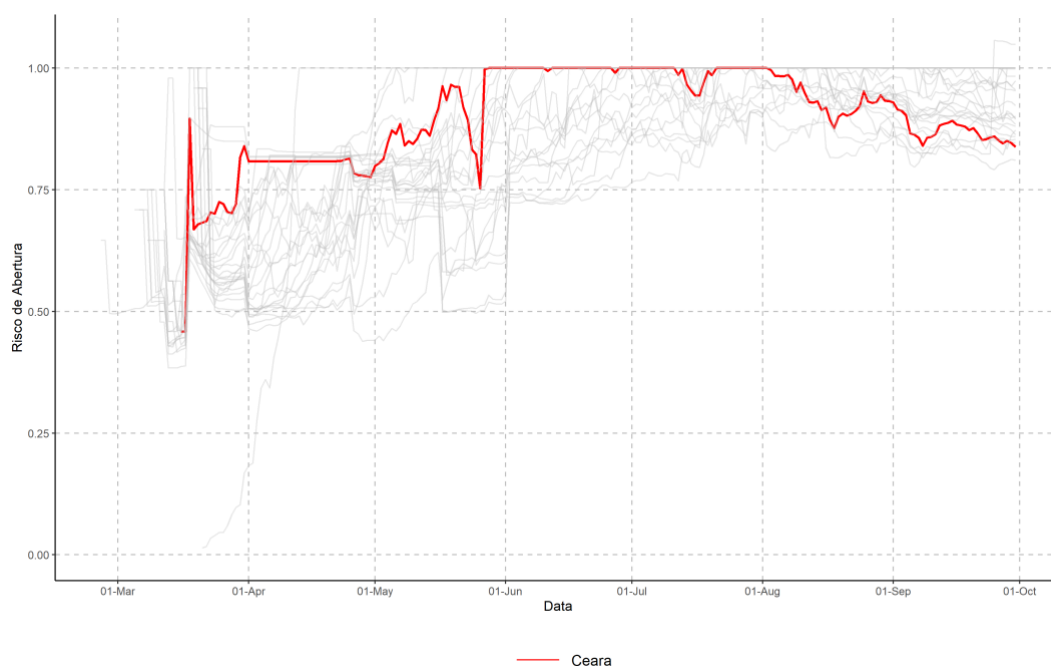
Região	Fortaleza, Ceará
Período	Junho a outubro de 2020
Autoria	Liene Baptista, Rodrigo Furst de Freitas Accetta, Maria Luciano e Beatriz Kira

Figura CE.1 – Índice de Risco de Abertura (Risk of Openness Index - RoOI)

A. Índice de Risco de Abertura em Fortaleza



B. Índice de Risco de Abertura no Ceará



Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Fortaleza/Ceará



Respostas dos governos estadual e municipal

A Figura 1 indica como o Risco de Abertura cresceu em todos os estados e cidades ao longo do tempo, e, apesar de uma pequena diminuição desde o pico, continua bastante alto tanto em Fortaleza como no Ceará.

Entre 1 de junho e 30 de setembro de 2020 foram confirmados cerca de 13.500 casos em Fortaleza, totalizando 49.161 casos desde o início da pandemia. Ao todo, ocorreram 3.872 óbitos desde o começo do ano, segundo dados da prefeitura. A nível estadual, o Ceará confirmou para o mesmo período 157.207 casos, sendo 254.168 casos desde o início do ano com um total de 9.074 óbitos. Medidas de resposta à Covid-19 continuaram sendo adotadas com o intuito de conter o avanço da doença no Ceará e na capital.

Fortaleza tem seguido o plano de retomada das atividades econômicas estabelecido pelo governo do estado do Ceará e incorporado as regras nos decretos municipais. Tal plano possui uma fase inicial de transição (com duração de 7 dias) somada a 4 fases sequenciais (com duração de 14 dias cada). A progressão entre fases só ocorre caso haja a redução em número de internações, óbitos e ocupação de leitos em relação à etapa anterior. Há, também, a possibilidade de retroceder a uma fase anterior se o município não for capaz de reduzir o número de casos para a quantidade esperada ou apresente uma piora na incidência de casos.

A primeira fase, de transição, iniciou em 1 de junho para todos os municípios do Ceará e marcou o fim das medidas de distanciamento restrito (*lockdown*) na cidade de Fortaleza. Tal fase permitiu a retomada de algumas atividades, incluindo o retorno completo de profissionais da medicina e odontologia às suas funções; operação de 31% para construção civil (no limite máximo de 100 operários por obra); 30% de operação no setor produtivo. Para tanto, foram estabelecidos rígidos protocolos de segurança, incluindo a obrigatoriedade de disponibilização de álcool 70% aos clientes e funcionários, uso obrigatório de máscaras e equipamentos de proteção, distanciamento mínimo de 2m, entre outros, bem como protocolos setoriais específicos a cada modalidade de trabalho.

No dia 8 de junho, a cidade de Fortaleza passou à fase 1 do plano, que permitiu o retorno de algumas atividades comerciais não-essenciais (por exemplo, floriculturas e livrarias). A capital foi o primeiro município cearense a passar para a fase 2 do plano, em 22 de junho, passando a seguir as seguintes diretrizes: cadeias produtivas previamente liberadas de forma parcial puderam voltar a funcionar com 100% de sua capacidade, como a construção civil, indústria química e similares, atividades religiosas foram liberadas com 20% de ocupação, e restaurantes e demais atividades previamente autorizadas pelo plano puderam reabrir com 40% de suas capacidades. Na fase 2, instituições educacionais só foram autorizadas a operar presencialmente em atividades internas de escritório (com ocupação máxima de funcionários de 30%). O setor de serviços deveria, assim, manter como prioridade as modalidades virtuais de trabalho (*home-office*), entregas, *drive-thru* e retirada rápida de produtos no local. Atividades físicas foram permitidas desde que praticadas em ambiente privado, aberto e com controle de acesso. Contudo, estabelecimentos remunerados para a prática de exercícios físicos (por exemplo, academias) permaneceram fechados.

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Fortaleza/Ceará



Em 4 de julho, Fortaleza atingiu a fase 3 do plano de retomada. Conforme estabelecido pelo estado, atividades religiosas passaram a poder operar com 50% de sua capacidade e comércios anteriormente liberados poderiam atingir 100% capacidade (por exemplo, lojas de shopping). Em 20 de julho, Fortaleza chegou à fase 4, sendo a primeira cidade do Estado a atingir esse status. Restaurantes puderam voltar a funcionar no período noturno até as 23h, atividades religiosas puderam retomar no limite de 100% da capacidade, cinemas e teatros com 30% de ocupação, e atividades físicas em estabelecimentos fechados com até 30% do limite. Além disso, transportes interestaduais de passageiros e locação de automóveis com motorista (por exemplo, Uber) foram autorizados a operar. Bares permaneceram fechados, mas barracas de praia puderam retornar com funcionamento reduzido. Atividades em clubes, academias, casas de eventos, cinemas, e instituições de ensino público e privado permaneceram suspensas.

O fechamento de escolas permaneceu como tema importante de discussão durante o processo de flexibilização das medidas. Durante os meses de junho a agosto, o governo de Fortaleza publicou decretos municipais que estendiam a proibição do retorno às aulas presenciais em escolas públicas e privadas da capital, seguindo o estabelecido no plano estadual, que também manteve escolas estaduais fechadas. Apenas em 12 de julho, quando Fortaleza entrou na fase 3 do plano, foi permitida a retomada a algumas modalidades de ensino superior (aulas práticas presenciais para concludentes da graduação e pós-graduação), desde que conduzidas de acordo com protocolos de segurança – tais como a fixação de cartazes informativos com medidas de higiene, proibição de eventos, notificação dos casos identificados a autoridades da saúde, entre outros - para evitar a propagação do vírus.

A partir de 10 de agosto, quando Fortaleza entrou na fase 4 do plano, o governo municipal autorizou o retorno das aulas de dança, música e similares, para aulas individuais sem compartilhamento de equipamentos, sem contato físico, e com respeito às normas de distanciamento social. No dia 1 de setembro foi permitido, por decreto municipal, o retorno às atividades de escolas privadas com enfoque no ensino infantil, sendo estabelecido um limite de 30% de ocupação máxima e com a presença opcional dos alunos. A partir de 1 de outubro, foi permitida a volta às aulas de todos os níveis de ensino, com limitação da capacidade de ocupação conforme o nível: 50% para ensino infantil em escolas públicas e privadas, 35% para EJA (ensino para adultos), e 35% para ensino fundamental (1º ao 9º ano) e médio (1º, 2º e 3º ano).

Eventos públicos permaneceram proibidos em todo o estado do Ceará durante os meses de junho, julho, agosto e parte de setembro, com o intuito de evitar aglomerações. Em Fortaleza, foi mantida a proibição de eventos privados que pudessem promover a reunião de grandes grupos de pessoas. Entretanto, a partir de 14 de setembro (com o município em fase 4), eventos com aglomeração de até 100 pessoas passaram a ser permitidos em espaços como igrejas, hotéis, buffets, clubes e casas de eventos.

Transportes públicos continuaram a circular de acordo com medidas de segurança (relativas à conscientização dos usuários, exigência do uso de máscaras, higienização dos espaços, entre

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Fortaleza/Ceará



outros) entre os meses de junho a setembro, e foi mantida a limitação em 70% da frota total de ônibus em operação normal no município.

Após o fim do período de distanciamento restrito (*lockdown*) e a retomada gradual das atividades econômicas, o governo municipal continuou ressaltando a importância da permanência em casa, com caráter menos restritivo e mais recomendatório. Desde 1 de junho, quem sair de casa na cidade de Fortaleza, deve obrigatoriamente usar máscaras em todos os momentos fora do lar, especialmente dentro dos transportes públicos, individuais ou coletivos, e durante a circulação em espaços comunitários. Em 10 de junho, uma lei estadual foi aprovada estabelecendo utilização de máscaras de proteção, caseiras ou industriais, pela população em espaços públicos e transportes coletivos. O não cumprimento dessa regra acarreta multa. No âmbito dos estabelecimentos, é de responsabilidade do mesmo não autorizar a entrada de pessoas sem máscara, sendo que a empresa pode ser multada caso não fiscalize seus clientes e funcionários adequadamente. Crianças abaixo dos três anos de idade, pessoas com alguma deficiência, ou que por enfermidades não puderem utilizar máscaras de proteção são isentas da obrigação mediante comprovação médica.

A cidade de Fortaleza não apresenta medidas específicas de testagem a nível municipal. Contudo, o estado do Ceará iniciou uma pesquisa para testar a soro prevalência da população, tendo como enfoque a capital, que é considerado o epicentro da doença no estado. A pesquisa, feita em parceria entre secretarias Estadual (Sesa) e Municipal de Saúde (SMS), realizou uma primeira leva de testagens entre 2 e 12 de junho, e a segunda entre 25 de junho a 5 de julho, enfim foi finalizada entre 16 e 26 de julho. Medidas de rastreamento de contatos também foram adotadas, mas não de forma abrangente.

Campanhas de informação estavam sendo veiculadas desde o momento de sua criação em meados de abril. Entretanto, grande parte das redes sociais oficiais de Fortaleza foram temporariamente tiradas do ar em 1 de julho sob justificativa de exigência da lei eleitoral, com exceção do site principal de divulgação de atualizações sobre a pandemia. Por fim, devido a permanência do município de Fortaleza na última fase do processo de reabertura econômica, autoridades têm considerado necessária a propagação de informações destacando a importância da manutenção de medidas de precaução, para evitar que o retorno às atividades econômicas leve a novos picos no número de casos de Covid-19 em Fortaleza.

Figura CE.2 – Número acumulado de óbitos e óbitos per capita no Ceará e nos outros oito estados pesquisados

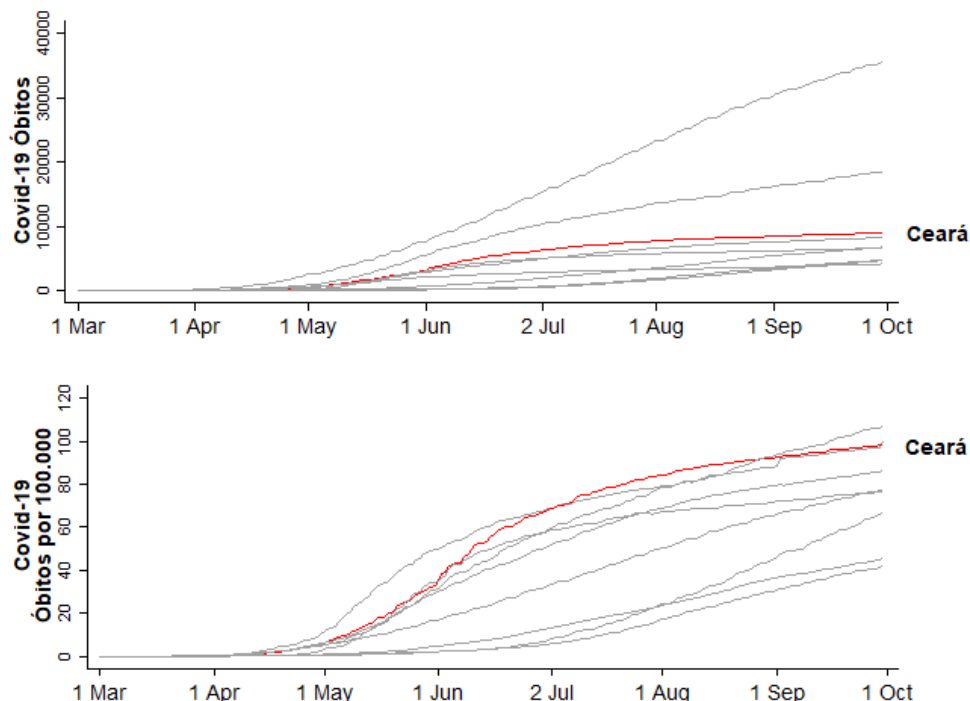
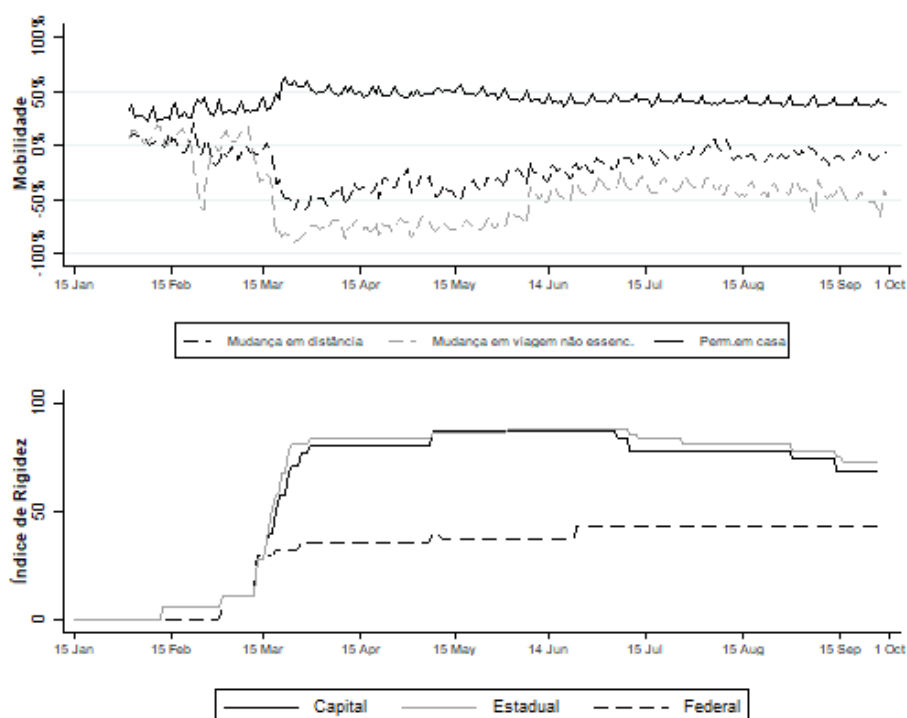


Figura CE.3 – Indicadores de mobilidade para o Ceará e o índice OxCGRT de rigidez para diferentes níveis de governo



Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Fortaleza/Ceará



Resultados da pesquisa em Fortaleza

Fortaleza possui 2,7 milhões de habitantes, e 10% da população tem mais de 60 anos de idade. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,754, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo a 18ª capital mais desenvolvida dentre as 27 capitais brasileiras.

Os resultados mostram que 17% dos entrevistados em Fortaleza não deixaram suas casas nas duas semanas anteriores ao período entre 22 de abril e 13 de maio, e 27% fizeram o mesmo nas duas semanas anteriores ao período entre 27 de julho e 2 de outubro. Aqueles que se aventuraram a sair de casa o fizeram, em média, em 4,7 dias entre 22 de abril e 13 de maio, e 7,1 dias entre 27 de julho e 2 de outubro. Três quartos dos entrevistados deixou a casa para acessar serviços essenciais, como ir ao supermercado, à farmácia ou ao banco entre 22 de abril e 13 de maio, em comparação aos 56% que fizeram o mesmo entre 27 de julho e 2 de outubro. Dezoito por cento das pessoas saíram de casa para trabalhar durante o primeiro período (comparado a 66% em fevereiro), e 32% no segundo período (comparado a 57% em fevereiro). Em ambos os períodos, aqueles que saíram de casa nas duas semanas anteriores às entrevistas estimaram que 81% das pessoas estavam usando máscaras na rua. Apenas 4% dos entrevistados foram testados para o vírus entre 22 de abril e 13 de maio, e 17% entre 27 de julho e 2 de outubro. Ademais, 2,5% declararam, no primeiro período, terem tentado fazer um teste sem sucesso, algo que não foi indicado por nenhum entrevistado no segundo período. Para colocar essas porcentagens em contexto, 14% dos entrevistados em Fortaleza relataram terem tido sintomas no primeiro período, comparado a 28% no segundo período.

No primeiro período, cerca de metade dos entrevistados em Fortaleza declarou ter usado transporte público em fevereiro (47%), e 13% afirmaram terem usado o serviço nas duas semanas anteriores à entrevista. A redução da oferta de serviços de transporte público fez com que 16% dos entrevistados deixasse de realizar suas atividades pretendidas. Já no segundo período, 41% afirmaram ter usado o transporte público em fevereiro, e 24% declararam ter usado no período de duas semanas anterior à entrevista. A redução da oferta de serviços de transporte público fez com que 15% dos entrevistados deixassem de realizar suas atividades pretendidas.

Os níveis de conhecimento sobre os sintomas do Covid-19 e sobre o significado e as práticas de auto isolamento em Fortaleza foram semelhantes à média das respostas na amostra conjunta da população das nove cidades. Os índices médios entre os residentes de Fortaleza foram 82 e 81 em 100 para 'conhecimento dos sintomas' no primeiro e segundo períodos, respectivamente, e 46 e 44 em 100 para 'conhecimento sobre auto isolamento' no primeiro e segundo períodos, respectivamente (veja uma explicação desses índices no estudo completo).

Quando perguntadas sobre as principais fontes de informações sobre a Covid-19, a maioria das pessoas apontou noticiários de TV (52% e 68% no primeiro e segundo períodos, respectivamente). Jornais e sites de jornais eram as segundas principais fontes (24% e 13% no primeiro e segundo períodos, respectivamente). No primeiro período, dentre os 69% dos entrevistados que haviam visto campanhas do governo, 80% as haviam visto na TV, e 35% nos jornais. A maioria das pessoas identificou o governo do estado como a principal fonte das campanhas (75%), enquanto 33%

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Fortaleza/Ceará



viram campanhas do governo federal, e 30% do governo municipal. No segundo período, dos 70% dos entrevistados que haviam visto campanhas do governo, 87% as haviam visto na TV, e 16% nos jornais. A maioria das pessoas identificou o governo do estado como a principal fonte das campanhas (80%), enquanto 24% viram campanhas do governo federal, e 30% do governo municipal.

Em Fortaleza, apenas 23% das pessoas entrevistadas entre 22 de abril e 13 de maio acreditavam que o sistema público de saúde de sua região estivesse bem preparado (13%) ou muito bem preparado (10%) para lidar com a Covid-19, e 87% das pessoas disseram que estavam preocupadas (11 %) ou muito preocupadas (76%) com a possibilidade de equipamentos, leitos hospitalares, ou médicos não atenderem à demanda.

Em ambos os períodos, a grande maioria (82%) das pessoas em Fortaleza considerou a Covid-19 muito mais sério do que uma gripe comum. A aprovação das medidas governamentais para combater a propagação da doença foi alta entre 22 de abril e 13 de maio, com 56% considerando a resposta adequada, 27% defendendo serem as medidas insuficientemente rigorosas, e 17% acreditando que as medidas eram muito rigorosas. A aprovação das medidas governamentais atuais atingiu índices mais altos entre 27 de julho e 2 de outubro, com 66% considerando a resposta adequada, 26% defendendo que as medidas eram insuficientemente rigorosas, e 8% acreditando que as medidas eram muito rigorosas. A maioria das pessoas acredita que as medidas de resposta do governo serão flexibilizadas gradualmente. Apenas 23% disseram acreditar que elas serão removidas de uma só vez. Em média, as pessoas em Fortaleza estimaram que seriam necessários 4,9 e 7,6 meses, no primeiro e no segundo períodos, respectivamente, para que as políticas do governo sejam completamente removidas.

Figura CE.4 – Distanciamento social, conhecimento e testes em Fortaleza

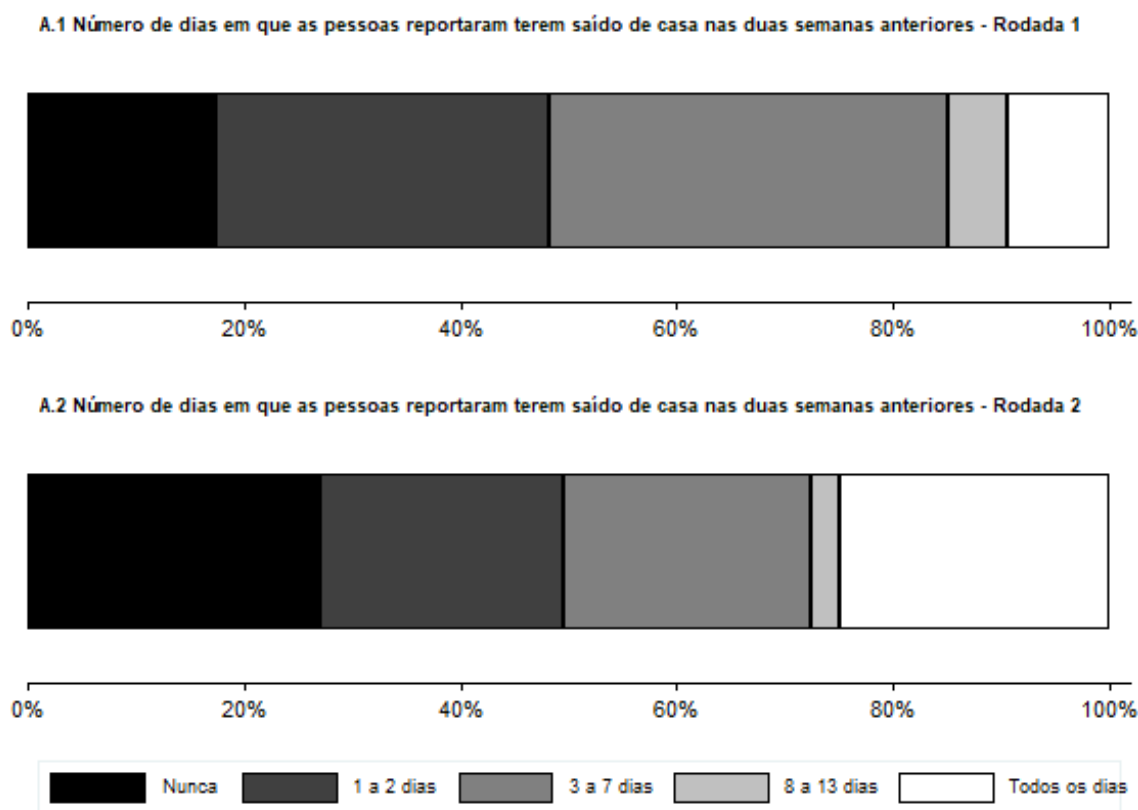
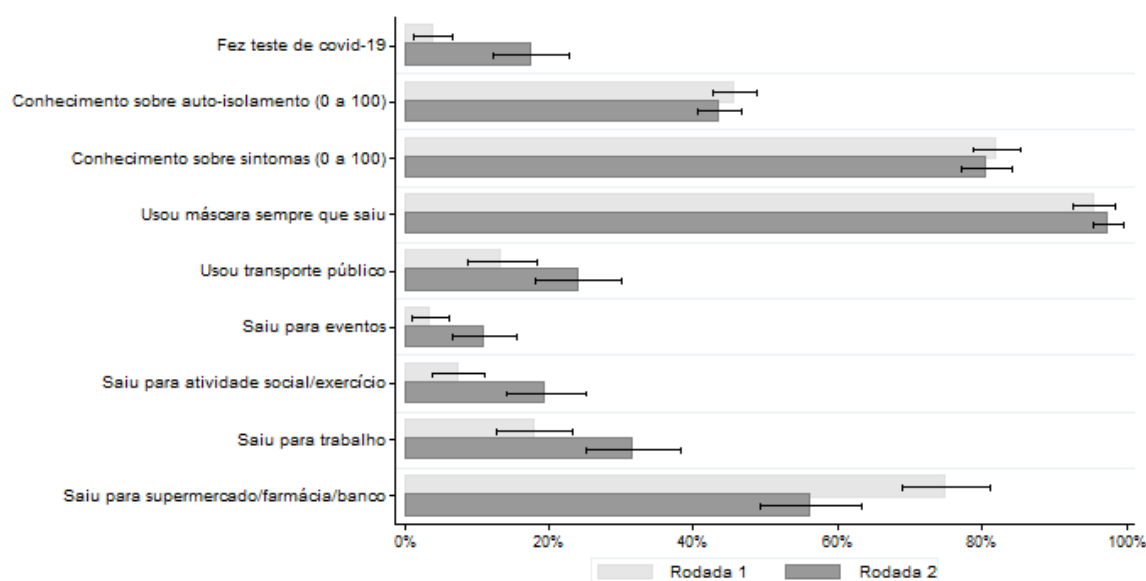


Figura CE. 5 – Teste, conhecimento, uso de máscara, e razões para sair de casa



Dados disponível em: <https://github.com/OxCGRT/Brazil-covid-policy>